

O ESPIRITISMO E SUA DIFUSÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – NOTAS INTRODUTÓRIAS.

AZEVEDO, Hebert Guilherme de (UERJ)

Introdução

A literatura tem apontado a palavra Espiritismo como termo criado pelo pedagogo francês Hippolite Leon Denizard Rivail, que designa a doutrina surgida no seio do movimento espiritualista moderno, do qual distingue-se por estar baseada na revelação dada pelos espíritos¹ a partir dos médiuns², sendo Rivail o compilador, ou codificador desta, assim como o denominam os espíritas.

Os fenômenos que deram início a estas observações teriam iniciado na aldeia de Hydesville, do condado de Wayne próximo a Nova York, quando duas meninas, Katherine e Margaretha Fox comunicavam-se com uma *força desconhecida* através de pancadas seguindo um código específico para as respostas. Este acontecimento, que a essa medida no início do século XIX já ocorria em diversas partes do mundo, motivou a formação de diversos grupos de estudo para determinar a natureza destes fenômenos, tendo também se popularizado pela Europa e América do Norte. As sessões de “mesas girantes e falantes”, promovidas para o entretenimento público, consistiam em reuniões em que as pessoas formulavam perguntas às mesas e as respostas eram dadas segundo um código de pancadas (tal qual as irmãs Fox). Foram estas reuniões que despertam a atenção do professor Rivail. Damazio (1994) coloca que havia duas explicações para estes fenômenos: que seriam fruto da influência de espíritos ou do fluido magnético, descoberto por Mesmer no século XVIII.

Reunindo uma vasta gama de comunicações, agora já com o intermédio dos médiuns, oriundas de diversas partes do mundo, Rivail opta pela primeira opção, pois para ele a natureza das respostas estaria relacionada com a força que a concebeu, assim pela inteligência que as mensagens demonstravam (muitas vezes trazendo discussões científicas e/ou filosóficas) concluiu ele que deveriam provir de uma força inteligente, que se auto denominava como espírito.

Em 1857, Rivail sob o pseudônimo de Allan Kardec, publicou *O Livro dos Espíritos*, contendo “os princípios da doutrina espírita sobre a imortalidade da alma, a natureza dos espíritos e suas relações com os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e o futuro da humanidade segundo o ensinamento dado pelos espíritos superiores com a ajuda de diversos médiuns”³. Esta obra está dividida em quatro livros: *As Causas Primeiras*, *Mundo Espírita ou dos Espíritos*, *As Leis Morais e Esperanças e Consolações*; constitui a base do Espiritismo Kardecista, de cunho filosófico-científico. Seguindo-se a este *O Livro dos Médiuns ou guia dos médiuns evocadores*, contendo “o ensinamento especial dos espíritos sobre a teoria de todos os gêneros de manifestações, os meios de comunicação com o mundo invisível, o desenvolvimento da mediunidade, as dificuldades e os escolhos que se podem encontrar na prática do Espiritismo”⁴ obra em continuação ao primeiro, de cunho científico voltado ao exercício da interlocução entre o mundo espírita e este, a primeira publicação foi em 1861.

Publica *A Imitação do Evangelho Segundo o Espiritismo*, em 1864, nas edições posteriores chamado de *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, contendo “a explicação das máximas morais do Cristo em concordância com o Espiritismo e suas explicações às diversas circunstâncias da vida”⁵. Neste livro Kardec abandona sua postura pluralista religiosa para um alinhamento ao cristianismo, onde também encontra-se a paradigmática frase “fé inabalável só é a que pode encarar frente a frente a razão, em todas as épocas da humanidade” obra de caráter religioso. Em 1865 é publicado *O Céu e o Inferno ou a Justiça Divina*, contendo “o exame comparado das doutrinas sobre a passagem da vida corporal à vida espiritual, as penas eternas, etc., seguido de numerosos exemplos sobre a situação real da alma e após a morte”⁶ e *a Gênese* “espécie de síntese das principais obras kardequianas, que enfatiza o caráter científico da fenomenologia espírita”⁷, estas cinco obras constituem o cerne do Espiritismo, sendo denominada “Pentateuco”. Em 1858, Kardec funda a *Revista Espírita*, a fim de estreitar o vínculo com o público.

Damazio (1994) coloca que o próprio Kardec havia defendido a ideia de ter sido compilador de uma doutrina filosófica e moral de efeitos religiosos, como

qualquer outra filosofia espiritualista, negando o caráter formal de religião que pudesse ter à época. Veremos adiante que a doutrina sofrerá diversas reconfigurações no Brasil mantendo o seu tríplice aspecto (Ciência, Religião e Filosofia), porém adotando uma feição notadamente religiosa.

1. O ESPIRITISMO NUMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

A temática da religião na geografia não é nova. Mesmo a matriz de pensamento geográfico positivista clássica, demonstrava algum interesse pelo assunto, porém como argumenta Rosendahl (1996, p.61):

“apesar desses estudos serem altamente interessantes, eles não fornecem a compreensão do problema mais importante, em que se assenta o poder transformador da religião sobre a paisagem, constituindo-se no melhor dos casos, um capítulo de menor importância. Não se analisava a estrutura religiosa do espaço como na geografia de hoje, mas a religião não estava ausente”.

A mesma autora afirma que a matriz de pensamento marxista, preocupada em analisar a estrutura sócio-espacial e as contradições do modo de produção capitalista, pouco se importaram com as manifestações religiosas, por considerar que “a religião não ser a única culpada de todas as desgraças sociais nas sucessivas etapas da sociedade e, por isso, não mereciam ser enfatizadas”. (Rosendahl, 1996 p.67).

Na década de 1970, o surgimento da perspectiva humanística na Geografia e a retomada da geografia cultural dão novo rumo as investigações geográficas acerca das crenças religiosas, a medida que “defende a dimensão subjetiva e experiência vivida pelo indivíduo e os grupos sociais. Assim, os geógrafos humanistas propõem uma compreensão do homem, não somente em sua percepção do mundo, mas também pelo imaginário que elabora acerca do meio em que vive” (Rosendahl, 1996 p.62) é esta matriz que torna possível o estudo em tela.

No Brasil, o estudo da geografia da religião pode dividir-se em dois grandes blocos: antes de 1990 e após 1990, onde “no primeiro bloco, a reflexão geográfica contempla os efeitos da religião sobre a paisagem; e no segundo, os estudos abordam a natureza da experiência religiosa e, particularmente, as formas que assumem no espaço” (Rosendahl, 1996 p.63).

A partir deste breve apanhado da temática da religião no âmbito dos estudos geográficos alinharemos-nos com a matriz humanista corporificada no segundo item proposto de estudos sobre religião na geografia brasileira, a partir do temática: *Fé, Espaço e Tempo: Difusão e área de abrangência*, concebida por Rosendahl (1996).

Ao tratarmos da difusão da fé espírita, estamos nos referindo a algo subjetivo, ou seja, de uma determinada concepção de mundo baseado numa crença específica. Neste sentido, para termos claro a que se refere este estudo, precisaremos tratar a problemática da identidade. A discussão desta não é o interesse deste trabalho e mesmo seria demasiadamente longa, assim aceitaremos que “a identidade, em primeiro lugar, pode estar referida a pessoas como objetos, coisas. Em segundo lugar, ela implica uma relação de semelhança ou de igualdade” (Haesbaert, mimeo, p.3). Para nós a identidade espírita está relacionada aos postulados formulados por Allan Kardec, no final do século XIX e vivenciada pela comunidade estudada.

Outro ponto de discussão é o conceito de espaço. Objeto de longa discussão na história desta ciência, a qual não temos aqui como colocar em suas nuances, consideraremos, para este artigo, tal qual Corrêa (1995) define: fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.

Para o estudo dessas ações acumuladas através do tempo, utilizaremos-nos, de um exercício de periodização, mapeando os principais embates endógenos e exógenos ao próprio movimento espírita que conformam o campo no qual esta doutrina se inseriu, buscando por fim reconhecer a gestão religiosa deste espaço através da organização institucional da fé espírita, tema do último tópico.

2. UMA PERIODIZAÇÃO DO ESPIRITISMO NO RIO DE JANEIRO

A periodização é uma importante ferramenta para entendimento da relação espaço-tempo, Santos (2003, p.42-p. 43) apud Corrêa (2007, p.33) afirma que “muitos aspectos geográficos requerem um estudo histórico para uma explanação satisfatória de como chegaram a estar onde estão” a qual é complementada por Silva (1995, p.45) apud Corrêa (2007, p.34),

“(…) a difusão de inovações impõe a coexistência e superposição de formas espaciais de períodos diferentes e contraditórios, um passado e um futuro, em que alguns elementos do espaço desaparecem enquanto outros se desenvolvem. A evolução do espaço tem, portanto, a difusão de inovações como um dos processos de geografização de um conjunto de objetos e fenômenos sociais de diferentes eras. Daí a noção de espaço ser parte constituinte e constituída pela idéia de tempo. Cada fenômeno sócioespacial difundido em seu tempo específico dentro de uma totalidade que se apresenta como um mosaico de eras. Neste sentido, tornam-se imprescindíveis periodizações específicas para estes fenômenos que geram uma diferenciação espaço-temporal”.

Apesar de longa esta situação elucidada a necessidade da periodização para este estudo”.

2.1. Período de Difusão Inicial - Da Chegada ao Brasil aos Efeitos do Código Penal de 1890.

O período ao qual fazemos referência tem início por volta de 1860, quando da chegada de O livro dos espíritos no Rio de Janeiro. Trazido por imigrantes franceses e a publicação do primeiro livro espírita no Brasil, *Les Temps sont Arrivés*, escrito pelo professor Casimir Lietaud em 1860. Neste período “talvez pelo prestígio dos imigrantes franceses, talvez pela pouca receptividade à nova doutrina, o fato é que a Igreja Católica não fez grande carga contra o espiritismo no decorrer dos anos 60” (Damazio, 1994 p.65) acreditamos em acréscimo que o

espiritismo esta época não fora frontalmente atingido pela Igreja Católica (religião oficial do país) por se caracterizar enquanto uma corrente de pensamento filosófico-científico, restrita a um pequeno grupo de intelectuais e políticos, estrangeiros e brasileiros, os quais figuravam também como maçons e republicanos.

Na Bahia, se formará o primeiro centro espírita, o grupo familiar do espiritismo, fundado a 17 de setembro de 1865, sob a direção do Dr. Luis Olímpio Teles de Menezes. No ano de 1884 é fundada a Federação Espírita Brasileira (FEB), que a época apresentava-se com o objetivo de divulgação da doutrina espírita e não como sua representante (Giumbelli, 1997) isto mudará a partir do código penal de 1890, onde a FEB passa ser a representante dos grupos espíritas, principalmente no Rio de Janeiro, e por isso partiremos de sua fundação para o estudo do movimento espírita organizado.

Até o final deste período serão intensos os debates no interior desta instituição sobre qual deveria ser o viés privilegiado do espiritismo: ciência ou religião, o código penal de 1890 e as reconfigurações da instituição pesaram em favor da segunda.

Neste momento, podemos, a partir da tipologia definida por Rosendahl (1996) que se trata da difusão por coexistência pacífica, a qual “representa o equilíbrio, acompanhado por sentimentos mútuos de respeito, indiferença ou de antipatia” (Rosendahl, 1996 p.61).

2.2 - O Espiritismo Religioso e sua Afirmação no Rio de Janeiro – Dos Efeitos do Código Penal de 1890 ao “Pacto Áureo” de 1949.

O código penal de 1890 trazia poucas novidades em relação ao anterior (Giumbelli, 1997), entretanto uma das poucas era a criminalização do espiritismo tal como prescreve o artigo 157:

Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar ou e subjugar a credulidade pública.

Giumbelli (1997) coloca que esta condenação se dava ao nível da prática do que se costuma chamar de curandeirismo, já que o artigo compõe o título dos crimes contra tranqüilidade pública no capítulo dos crimes contra saúde pública.

Em contrapartida a constituição garantira a liberdade de cultos, Giumbelli (1997) ao tratar dos efeitos da mudança na legislação brasileira argumenta que “no período de uma década que sucedeu a decretação do código penal de 1890, a situação da Federação espírita Brasileira é caracterizada não tanto por uma mudança em sua atuação social e em sua relação com os vários agentes responsáveis pela repressão aos crimes contra a saúde pública (...) a transformação mais importante ocorre mesmo na identidade da FEB, que, de entidade voltada para uma síntese ‘moral’ e ‘científica’, se torna uma instituição unificadora e representativa diante de outros centros espíritas, assumindo-se como portadora de doutrina e de práticas religiosas. Longe de representar uma reformulação que cumpriria exigências puramente endógenas, resultante de um distanciamento irrevogável dos aspectos cientificistas do espiritismo, a definição pelo ‘religioso’ tomada pela FEB pode ser interpretada como o produto da sobreposição entre virtualidade doutrinárias e possibilidades legais” (Giumbelli, 1997 p.118).

Entretanto, a difusão do espiritismo no Brasil ainda carecia de uma organização institucional e hierárquica que abrangesse todo território nacional, o que mudará a partir do “pacto áureo” em 1949.

2.3- A Configuração Organizacional do Espiritismo no Rio de Janeiro – Do Pacto Áureo á Unificação.

“Em função de seus serviços, a FEB foi reconhecida, em 1934, como instituição de ‘utilidade pública municipal’ pela prefeitura do Rio de Janeiro” (Giumbelli, 1997 p.248). Se a busca de legitimação social fora até meados do período anteriormente citado o cerne das preocupações espíritas, neste a unificação e a homogeneização (prática doutrinária) frente às autoridades públicas, principalmente por intermédio da FEB estiveram no centro das discussões.

Apesar de seu prestígio, mesmo a FEB, foi atingida em maio de 1941 pela portaria que condicionava a aprovação de uma solicitação de registro, sendo esta revogada apenas em abril de 1945, com base na liberdade de cultos.

Giumbelli (1997, p.264) coloca que “o pacto áureo (1949) reuniu várias entidades federativas em torno de um novo projeto de unificação institucional e de codificação doutrinária. Apresentado como uma concretização dos planos de 1904 (‘bases de organização espírita’) e de 1926 (proposições do ‘conselho federativo’) o ‘pacto áureo’ estabeleceu a criação de um Conselho Federativo Nacional permanente, atrelado a FEB, composto de representantes de âmbito estadual. Pela definição de uma base doutrinária comum, todas as instituições espíritas e dos mecanismos concretos para sua implementação”.Assim, forma-se a organização institucional hierárquica do espiritismo brasileiro, onde a FEB figurava enquanto entidade de nível nacional interligado a partir do conselho federativo nacional às entidades estaduais.

Por ocasião do Conselho Federativo Nacional de 1950 constavam entidades das seguintes unidades da Federação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, tendo Distrito Federal indicado representante por intermédio da União das Sociedades Espíritas do Distrito Federal.

Dois eventos contribuíram para formação de uma situação peculiar no estado do Rio de Janeiro. Com a transferência da capital federal para Brasília, na década de 60 e elevação do Distrito federal a Estado da Guanabara, pela qual respondia a antiga União das Sociedades Espíritas do Distrito Federal o Estado do Rio de Janeiro era representado pela federação Espírita do estado do Rio de Janeiro,

sediada em Niterói. E na década de 70 a fusão dos Estados, do Rio de Janeiro e da Guanabara, não correspondeu à unificação das entidades, o que só ocorreria em 2003. Porém não nos deteremos nesta discussão neste artigo.

Conclusão

Esta pesquisa está em sua fase inicial e seu objetivo maior é refletir o tema como uma proposta de estudo. A metodologia está baseada em material bibliográfico, e terá apresentação de resultados no final de 2007. Esta apresentação de um breve histórico, e das etapas da difusão do processo de implantação da fé espírita no Rio de Janeiro, representou a primeira fase de pesquisa em âmbito nacional.

A configuração espacial atual é resultado de um processo longo, gradual e histórico da fé no país. Fatores sociais exógenos as entidades espíritas e estratégias territoriais travadas no seio desta entidade fornecem as reflexões espaciais e, portanto uma análise geográfica da religião.

Notas:

1 “Seres inteligentes da criação, individuais e extra corpóreos”.Kardec (1997 p.70).

2 “ Meios intermediários entre os espíritos e os homens”. Kardec (1997 p.16).

3 Kardec, O Livro dos Espíritos, 1997, p.6

4 Kardec, O Livro dos Médiuns, 1997, p.6

5 Kardec, O Evangelho segundo o Espiritismo, s/d p.5

6 Kardec, O Céu e o Inferno, 1996 p.6

7 Damazio, Da elite ao povo,1994, p.47

Bibliografia

Corrêa, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3^o edição, Rio de Janeiro, editora Àtica, 1995.

- Corrêa, Márcio Ferreira Nery. Territorialidade Católica na Amazônia: Um Exercício de Periodização. Espaço e Cultura. Rio de Janeiro. p.32 – p. 49. N 21. jan. 2007
- Damazio, Sylvia. Da elite ao povo: Advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 1994.
- Giumbelli, Emerson. O cuidado dos mortos: Uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- Haesbaert, Rogério. Identidades Territoriais. Mimeo.
- Kardec, Allan. O Evangelho Segundo o Espiritismo. 3º edição. Rio de Janeiro. FEB, S/D.
- _____. O livro dos espíritos. 110ª edição. Araras. IDE. 1997
- _____. O livro dos médiuns. 39ª edição. Araras. IDE. 1997.
- _____. O céu e o inferno. 11ª edição. Araras. IDE. 1996.
- _____. A Gênese. 11ª edição. Araras. IDE. 1996.
- Mattos, Marilze carvalho de. Fé, espaço e tempo: Difusão e espacialidade da Igreja Batista no Rio de Janeiro na década de 90. (monografia de final de curso de graduação). Instituto de Geociências, Universidade do estado do Rio de Janeiro, 1998.
- Pegar referência do artigo do Márcio.
- Rosendahl, Zeny. Diversidade, religião e política. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, nº 11-12, p.27-p. 32. Jan/dez. 2001.
- _____. Espaço e religião: Uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro. EdUERJ, 1996.
- _____. Construindo a geografia da religião no Brasil. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, nº 15 p.61-67. Jan/Jun.2003.
- Vasconcellos, Roseli Moraes de. Difusão e área de abrangência da Igreja Presbiteriana no Brasil. (monografia de final de curso de graduação), Instituto de Geociências, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.